



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO I – ESTIMATIVA DE IMPACTO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTARIO FINANCEIRO

Em consonância com a Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no seu artigo 14 que nos apresenta o seguinte:

Art. 14 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O projeto de Lei complementar estabelece isenção nos valores de multas, juro de débitos para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa relacionado com tributos municipais.

Com o entendimento certo que a dívida ativa mobiliária alta, embora haja desempenhado todos os esforços em baixar a mesma através de cobrança por todos os mecanismos jurídicos, indica que esta redução não vem acontecendo ao longo dos anos, se tornando inoperante e sistematicamente vem ocorrendo perda de receita por prescrição ou por não ter atingido e sensibilizado o contribuinte para elidir seus débitos.

No Município de Nova Friburgo podemos observar a variação da dívida inscrita conforme demonstrado, com o intuito de diminuirmos o valor pendente em dívida ativa editaremos a Lei possibilitando aos contribuintes a sua regularização junto a Fazenda Pública.

EXERCICIO	ORIGINAL	COR MON	JUROS	MULTA	TOTAL
2013	21.641.833,96	6.081.136,41	13.447.743,28	2.667.972,19	43.838.685,84
2014	21.393.915,59	4.873.518,81	10.037.885,58	2.534.433,43	38.839.753,41
2015	64.764.929,54	13.290.015,71	24.055.032,10	7.550.792,06	109.660.769,41
2016	33.315.646,03	3.168.817,64	7.514.425,11	3.537.854,08	47.536.742,86
2017	57.911.148,85	1.129.624,08	3.335.686,42	2.602.903,20	64.979.362,55
2018	1.384,26	25,33	52,11	104,31	1.566,01
TOTAL	199.028.858,23	28.543.137,98	58.390.824,60	18.894.059,37	304.856.880,08

Cabe ressaltar que o Projeto da Lei Complementar em questão não trará de forma alguma um desequilíbrio fiscal/orçamentário, mesmo com a isenção de 40% (quarenta por cento) dos juros do valor de R\$ 23.356.329,84, e multas no valor de R\$ 7.557.623,75, num total de R\$ 30.913.953,59 ainda se concretiza a receita aproximadamente para este exercício o valor de R\$ 3.091.395,36, para o exercício de 2019 a concretização de receita no valor de R\$ 3.335.706,99, e. para o exercício de 2020 o valor de R\$ 3.672.577,69.


Albrenia

Ar.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Através dessas considerações e demonstrando que o erário municipal não será afetado por tal proposta que solicitamos a aprovação do presente projeto depois de avaliado o estudo de impacto orçamentário financeiro.


SÉRVIO TÚLIO SANTOS DO LAGO

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,

Desenvolvimento Econômico e Gestão

Matrícula nº. 200.0003


 Alex Mayer Barros
SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS
MATRÍCULA 200.0359


Alexandra







Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO II - PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____, ocupação _____, portador do documento de identidade nº _____ - órgão emissor _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, bairro _____ CEP _____, cidade de _____ / _____.

OUTORGADO: _____, ocupação _____, portador do documento de identidade nº _____ - órgão emissor _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, bairro _____ CEP _____, cidade de _____ / _____.

PODERES: Ampla e geral da cláusula "*ad judicium et extra*" para o fim de, defender os direitos do Outorgante no foro em geral, instância ou tribunal do país e ainda o de dar e receber quitação e transacionar em Juízo ou fora dele, no que concerne ao objeto e campo de atuação deste mandato; assinar quaisquer termos e confissões de dívidas judiciais ou administrativas; acordar; transigir; conciliar; discordar; aditar; rerratificar; nomear assistente técnico; firmar compromissos; impugnar contas e cálculos; propor medidas cautelares; impetrar mandados de segurança; exercer ações, execuções, reconvenções e exceções, delas desistindo no todo ou em parte; dar cumprimento a precatórias; figurar como beneficiário em mandados de pagamentos judiciais ou ressarcimentos administrativos; receber intimações; apelar; agravar; arguir relevância de questões no âmbito de repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas respectivas autarquias, apresentando defesas e recursos em processos administrativos, deles podendo renunciar e requerer a desistência no prosseguimento; substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de iguais poderes, inclusive e especialmente para confessar débitos perante o Poder Executivo Municipal e renunciar o recebimento de quaisquer verbas decorrentes de ressarcimentos, indenizatórias ou sucumbenciais, bem como direitos à reclamações, recursos ou impugnações presentes e futuras acerca dos débitos reconhecidos e confessados.

Nova Friburgo/RJ, _____ de _____ de 20____.

OUTORGANTE



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL

Eu, _____, ocupação _____, portador do documento de identidade nº _____ - órgão emissor _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, bairro _____ CEP _____, município de _____ / _____, POSSUIDOR do imóvel situado à Rua _____, nº _____, complemento _____, bairro _____, medindo _____ m², localizado no Município de Nova Friburgo/RJ, DECLARO para os devidos fins e efeitos legais perante a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, que detenho a posse contínua, mansa e pacífica nos termos da legislação vigente, há cerca de _____ anos.

DECLARO ainda sob as penas da lei que:

- Não existem ações reivindicatórias de propriedade, em relação a essa edificação;
- Tenho ciência que o recolhimento de quaisquer tributos aos cofres públicos municipais não possui o condão de reconhecer ou transferir de qualquer modo a titularidade do respectivo imóvel; e
- Isento o Município de Nova Friburgo de todas e quaisquer responsabilidades civis e criminais decorrentes do requerimento conciliação do crédito municipal.

Assim sendo, firmo a presente DECLARAÇÃO, que segue ratificada pelas seguintes testemunhas.

Nova Friburgo/RJ, _____, de _____, de 201__.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma)

TESTEMUNHAS

Ass. _____ Ass. _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Two handwritten signatures in blue ink, one on the left and one on the right, positioned below the witness information lines.